



Proposição: PEDIF - PEDIDO DE INFORMAÇÃO
Número: 000216/2025

APROVADO
Em: 18/08/2025

José Márcio Lopes Guedes
PRESIDENTE

Senhores Vereadores.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, nos termos regimentais, que sejam solicitadas a Exma. Sra. Prefeita Municipal informações sobre o serviço de transporte coletivo no município de Juiz de Fora, conforme detalhamento a seguir:

1. Informações sobre o número de viagens realizadas, especificando dias úteis, feriados e domingos; discriminadas por linha;
2. Apresentar o quadro de viagens x número de usuários por viagem, discriminando se as viagens aumentam na mesma proporção que o aumento no número de passageiros;
3. Apresentar os critérios para a evolução dos valores das subvenções econômicas no período de 2021 a 2025;
4. Apresentar as estimativas de subvenções para os próximos anos;
5. Apresentar as Prestação de Contas referentes aos anos de 2024 e 2025 apresentadas pelas Concessionárias sobre a utilização da subvenção econômica aos usuários do Sistema de transporte urbano no Município.

Esclareço que as informações supracitadas já foram solicitadas por esta Câmara por meio do ofício 614/2025, de 19 de março de 2025. Entretanto, a resposta da Administração Municipal, formalizada por meio do ofício nº 1374/2025/SG, de 05 de maio de 2025, não respondeu aos questionamentos feitos ou os respondeu de forma incompleta, motivo pelo qual tais questionamentos estão sendo reenviados.

JUSTIFICATIVA

O pedido se insere na esfera de competência desta Casa Legislativa, que tem como uma de suas funções a de fiscalizar o correto uso do dinheiro público e o trato da coisa pública, em vista dos princípios reitores da Administração Pública.

A postura adotada pelo Poder Executivo local diante do primeiro pedido de informação enviado, cuja resposta foi feita dentro de bases questionáveis, evasivas e retóricas circulares para não informar ou apresentar os elementos pretendidos, para além de ser desrespeitosa com essa parlamentar, representa um claro e sério precedente que diminui a grandeza do próprio Poder Legislativo no exercício de sua função fiscalizatória, pois a resposta deve guardar pertinência com o assunto, vir acompanhada da documentação almejada, consoante a legislação municipal que dá poderes de fiscalização para a Vereadora. Assim estabelece a nossa Lei Orgânica Municipal:

Art. 28- *A No exercício de seu mandato, o Vereador terá livre acesso às repartições públicas municipais e a áreas sob jurisdição municipal onde se registre conflito ou o interesse público esteja ameaçado.*

Parágrafo único. O Vereador poderá diligenciar, inclusive com acesso a documentos, junto a órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, devendo ser atendido pelos respectivos responsáveis, na forma da lei.

O Poder Executivo Municipal não pode se furtar a franquear acesso as informações e documentos pretendidos, pois a Lei de Acesso a Informações é bastante clara e direta, conforme exegese do seu art. 7º, que dispõe de forma expressa.

Noutro giro, não há como se esconder por de trás da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, pois o conteúdo do pedido de informações não versa sobre dados pessoais ou sensíveis que demandem proteção.

Importante registrar que a sonegação de informações, dados ou elementos é vedada e pode caracterizar improbidade administrativa na forma estabelecida pela lei ordinária nº12.527/2011 que é expressa:

Art. 32. *Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar:*

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

...

§ 2º Pelas condutas descritas no caput, poderá o militar ou agente público responder, também, por improbidade administrativa, conforme o disposto nas Leis nºs 1.079, de 10 de abril de 1950, e 8.429, de 2 de junho de 1992.

Sob a égide criminal, o Decreto Lei nº201/1967 também estabelece que:



Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipal, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

...

XIV - Negar execução a lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente;

XV - Deixar de fornecer certidões de atos ou contratos municipais, dentro do prazo estabelecido em lei.

Assim, por todo o exposto, tendo em vista robusta legislação apresentada, não há sentido que o parlamento compactue com tamanho desrespeito a sua autoridade enquanto órgão de fiscalização do Poder Executivo, razão pela conto com o apoio deste Plenário, na certeza de sua importância para o Município.

Outrossim, em sendo observada nova e indisfarçável tentativa de obstruir acesso a informação pretendida, servirá este expediente de elemento para levar os fatos ao conhecimento do Ministério Público Estadual.

Palácio Barbosa Lima, 12 de agosto de 2025.

Roberta Lopes Alves
Vereadora Roberta Lopes - PL

